

## **E elas, quem são? Primeiros passos de uma investigação sobre o perfil profissional de jornalistas negras que atuam em Rio Branco (AC)<sup>1</sup>**

Jaine Araújo da Silva<sup>2</sup>

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

### **RESUMO**

O presente resumo se refere a um projeto de pesquisa de doutorado em fase inicial. O objetivo geral do estudo é mensurar e investigar quantas e quem são as jornalistas negras que atuam em Rio Branco (AC) no início da terceira década do século XXI. Especificamente, busca-se averiguar aspectos como escolaridade, funções desempenhadas, faixas salariais, além de identificar de que formas marçadores de raça, classe e gênero impactam as rotinas profissionais dessas mulheres. O caminho metodológico inclui estudo exploratório, aplicação de questionário online, entrevistas (Gil, 2019) e análise de conteúdo (Bardin, 2016 [1977]). Já o aporte teórico do estudo articula-se a partir dos estudos raciais, com Gonzalez (2020), Carneiro (2020), Souza (2019 [1983]), Nascimento (2016 [1978]) e Munanga (2009 [1988]); do feminismo negro, baseado em Bueno (2020), hooks (2019) e Collins (2019); e dos estudos sobre jornalismo, apoiado, inicialmente, em Moraes (2015), Silva (2014) e Santos (2019).

**PALAVRAS-CHAVE:** jornalistas negras; perfil profissional; Rio Branco.

### **INTRODUÇÃO**

Como parte da sociedade na qual está inserido, o jornalismo encarna as contradições sociais. Racismo, sexismo, LGBTQIA+fobia, classismo e outras formas de opressão atravessam essa forma de produção de conhecimento social. Para Fabiana Moraes (2015), a racionalidade moderna, herdeira do iluminismo e do positivismo, serve como a base para a episteme que dá forma ao jornalismo e, de forma mais ampla, à sociedade. Em razão disso, teoria e prática jornalísticas estão embebidas de lógicas que marginalizam determinados grupos sociais, a exemplo de mulheres, negros e indígenas.

O *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021: Características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho* (Lima; Mick, 2022), que aplicou um *survey* a mais de sete mil profissionais, mostra que os jornalistas brasileiros ainda são predominantemente brancos (67,8%). Os profissionais autodeclarados pardos são 20,6%; os pretos, 9,3%; e os amarelos,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, na etapa remota, realizada de 29 a 31 de agosto de 2023. Uma versão deste texto foi enviada para os anais da XI Semana Acadêmica de Comunicação do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre (Ufac).

<sup>2</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Jornalista e mestra em Letras: Linguagem e Identidade pela Ufac. E-mail: [jaine.ppgjor@gmail.com](mailto:jaine.ppgjor@gmail.com).

1,3%. Por fim, os autodeclarados indígenas representam somente 0,4%. A comparação entre estes dados e os divulgados na primeira edição do levantamento, realizada em 2012, mostra que houve aumento da porcentagem de pessoas classificadas como negras: antes, a soma de pretos e pardos era 23%; agora, chega a 30%. Os autores do estudo observam que o aumento da presença de pessoas negras na profissão é resultado da combinação das cotas raciais nas universidades, ações com foco em diversidade no mercado de trabalho e autoidentificação fomentada em razão do avanço na luta antirracista nos últimos dez anos.

Outras pesquisas vão na mesma direção. O *Perfil Racial da Imprensa Brasileira*<sup>3</sup>, também feito em 2021, ouviu 1.952 jornalistas e dá conta que 77,60% dos profissionais respondentes se autodeclararam brancos; 20,10% estão no grupo negro, sendo 13,20% autodeclarados pardos e 6,90% pretos; 2,10% se classificam como amarelos; e apenas 0,20% como indígenas. Ao comparar os dados por região geográfica, o estudo mostra que a sub-representação de pessoas negras no jornalismo é mais intensa no Sul do Brasil, enquanto no Nordeste há maior expressividade de jornalistas negros.

Há ainda pesquisas internacionais que comprovam os efeitos do racismo nos veículos de jornalismo brasileiros. O estudo *Raça e liderança na mídia*, feito pelo Instituto Reuters para estudos do Jornalismo, na Universidade de Oxford, e divulgado em março de 2021, evidencia que no Brasil não há pessoas não-brancas nos cargos de chefia principal nas redações de vinte grandes veículos nacionais<sup>4</sup>. A investigação fez o cruzamento de dados da presença de diretores de redação negros, dados demográficos e índices de diversidade no jornalismo. A partir disso, constatou-se que, em 2020, havia um chefe de redação negro dentre os veículos estudados no Brasil e no ano seguinte, nenhum.

Segundo Luciana Gurgel (2021, online), os dados revelados pela pesquisa assemelham o Brasil, segundo país mais negro do mundo, a países como Alemanha e Reino Unido, que têm população majoritariamente branca. A jornalista observa que, além de refletir as desigualdades históricas fortalecidas ano a ano no Brasil e impactar diretamente os rumos das carreiras de profissionais não-brancos, a realidade mostrada no resultado da pesquisa influencia a visão de mundo produzida e transmitida pela mídia hegemônica. Na prática, o jornalismo produzido por pessoas brancas tende a ser limitado à visão de mundo e às experiências delas.

---

<sup>3</sup> A pesquisa foi realizada pela Jornalistas&Cia em parceria com o Portal dos Jornalistas e o Instituto CORDA – Rede de Projetos e Pesquisas I'MAX.

<sup>4</sup> O estudo se baseou em dados disponíveis nas páginas oficiais dos 20 veículos de maior audiência dos países estudados, sendo 10 off-line (TV, rádio e mídia impressa) e 10 online. Depois, os dados foram checados por pesquisadores. A seleção dos veículos foi feita a partir do Relatório de Mídia Digital publicado pelo Instituto Reuters para estudos do Jornalismo em 2020 (Gurgel, 2021, online).

---

Portanto, o cenário é preocupante, pois além da limitação imposta sistematicamente às carreiras de pessoas não-brancas, há ainda a produção de representações de mundo que dificilmente dão conta da pluralidade de realidades existentes no país.

No contexto de Rio Branco, capital do Acre, até onde se sabe, não há estudos que apresentem informações sistematizadas sobre a autodeclaração racial dos jornalistas que atuam localmente. A partir disso, a presente proposta de pesquisa parte da pergunta: quantas e quem são as jornalistas negras que atuam em Rio Branco? De modo mais detido, propõe-se pensar três aspectos, em diálogo com o que a jornalista Yasmin Santos<sup>5</sup> desenvolveu em seu trabalho de conclusão de curso de graduação: as experiências profissionais, as relações raciais dentro das redações e a diversidade no jornalismo. O foco em narrativas de jornalistas negras se deve à tentativa de afunilar o desenho da pesquisa, entendendo que raça e gênero são marcadores que exercem influência mútua um sobre o outro. Nesse sentido, mulheres negras são alvo da sobreposição de, pelo menos, três sistemas de dominação: racismo, sexismo e classismo (Collins, 2019; Carneiro, 2020 [1985]; Gonzalez, 2020 [1983]).

## **JUSTIFICATIVA/EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA**

Os dados referentes à presença de pessoas negras no Acre são expressivos. Segundo o Censo Demográfico feito em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 5% das mulheres que vivem no estado se autodeclaram pretas (18.280 pessoas), enquanto as autodeclaradas pardas representam 66% das mulheres do estado (241.081 pessoas). O critério adotado pelo IBGE desde a década de 1990, após pressão dos movimentos negros, determina que a população negra brasileira é composta pela soma de pretos e pardos (Daflon, 2017). A partir dessa interpretação, mulheres negras são 71% da população feminina no estado do Acre. Em Rio Branco, o número é semelhante: 70,4% da população feminina é negra.

A partir desse breve levantamento quantitativo, entende-se que mulheres autodeclaradas pretas e pardas são parte expressiva das populações acreana e rio-branquense, representando, assim, segundo dados do último Censo, um terço da população do Acre e de sua capital. Apesar disso, esse grupo tem sido historicamente minorizado em razão das múltiplas opressões que sobre ele se abatem, caso do racismo, sexismo e classismo. Mais do que meros marcadores,

---

<sup>5</sup> Como jornalista, Yasmin Santos já trabalhou na revista *piauí*, além de colaborar com publicações como a revista *Quatro, cinco, um*. Em seu TCC, ela entrevistou 47 jornalistas distribuídos por estados das regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. Os respondentes tinham entre 22 e 62 anos.

essas categorias são sistemas de dominação que atuam conjuntamente de maneiras dinâmicas atingindo as diferentes áreas das vidas de mulheres negras.

A relevância da proposta de investigação ora apresentada no âmbito de um programa de pós-graduação em Jornalismo se dá a partir da compreensão de que já há pesquisas sobre as negritudes que habitam ou atravessam o território rio-branquense, partindo de diferentes perspectivas, tais como literatura, história, processos migratórios e religiosidades. No Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade (PPGLI)<sup>6</sup>, da Universidade Federal do Acre, há inclusive estudos focados nas representações jornalísticas sobre mulheres negras no contexto da capital do Acre (Silva, 2022; Gomes, 2020).

Assim, pensando nas possibilidades ofertadas por um curso de doutorado em Jornalismo, a execução de uma pesquisa focada nas narrativas de mulheres negras jornalistas em um estado majoritariamente autodeclarado pardo<sup>7</sup> é um ganho na direção de sistematizar o modo como essas sujeitas<sup>8</sup> se veem, veem as relações raciais e como essas relações influenciam o seu fazer profissional. Em termos de contribuição para pesquisas futuras, a investigação poderá servir de base para estudos focados na existência ou na inexistência de políticas de diversidade no mercado de trabalho jornalístico rio-branquense.

## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Centralizar estudos elaborados por mulheres negras jornalistas é imprescindível para a pesquisa aqui proposta, uma vez que este movimento consciente e político promove a valorização de conhecimentos de sujeitas sistematicamente subalternizadas. A contribuição dos estudos de Yasmin Santos (2019) e Fabiana Moraes (2015), por exemplo, enriquece o trabalho, pois essas sujeitas produzem conhecimento em dois espaços distintos: o mercado de trabalho

---

<sup>6</sup> No Acre não há programas de pós-graduação em Comunicação ou Jornalismo. Nesse cenário, o PPGLI supre, na medida do possível, essa lacuna, pois, por ser interdisciplinar, tem em seu corpo discente e docente pesquisadores oriundos de diversos cursos de graduação, tais como história, jornalismo, geografia, artes cênicas e letras e, conseqüentemente, acolhe estudos de objetos diversos.

<sup>7</sup> Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua feita pelo IBGE em 2019 mostram que a população residente no Acre é formada por 80% de pessoas negras: 74,1% pardas e 5,9% pretas. O Acre é, portanto, o segundo estado mais pardo do país, ficando atrás somente do Amazonas, cuja porcentagem de população autodeclarada parda é de 78,7%.

<sup>8</sup> As relações de poder e violência são expressas inclusive por meio da língua, conforme Grada Kilomba (2019). Por isso, neste projeto a palavra “sujeita” será flexionada ao gênero feminino quando se referir às mulheres, mesmo que na Língua Portuguesa os sentidos atribuídos ao termo estejam relacionados a sujeição e dependência. Na pesquisa, o emprego da palavra “sujeita” tem o sentido de negritar que mulheres negras têm agência.

---

jornalístico e Academia<sup>9</sup>. Refletindo sobre a invisibilização do pensamento de mulheres negras, tomando como exemplo as trajetórias da escritora Carolina Maria de Jesus e de Virgínia Bicudo (cientista política pioneira da psicanálise no Brasil), a historiadora Giovana Xavier observa:

Para além da constatação de que o Brasil é um país racista, machista e patriarcal, essas histórias de apagamento e desqualificação representam uma dupla face de invisibilização e protagonismo. De um lado silencia-se a produção científica de intelectuais negras na academia, hierarquizando saberes através de uma noção preconceituosa de militância. Por outro, cresce nosso protagonismo nas redes sociais, no mercado editorial, na política institucional. (Xavier, 2019, p. 86)

O protagonismo de mulheres negras, conquistado a partir de estratégias coletivas, interessa à pesquisa aqui proposta. Espera-se que o estudo possa ser instrumento de sistematização e valorização das narrativas e, conseqüentemente, das experiências e existências dessas sujeitas. Nesse sentido, não há a pretensão de “dar voz” às mulheres negras jornalistas que atuam em Rio Branco, pois elas já têm vozes, perspectivas e narrativas próprias que ora podem se aproximar, ora podem se distanciar umas das outras; afinal, como os demais seres humanos, mulheres negras são diversas e nem sempre enxergam o mundo através do mesmo crivo. Noções essencialistas do que é ser mulher e do que é ser mulher negra não serão adotadas neste trabalho.

A esse respeito, faz-se necessário trazer ao centro a reflexão proposta por Patricia Hill Collins (2019) no prefácio à edição brasileira do livro *Pensamento feminista negro*: aqui não se pretende falar em nome do grupo, pois “[...] cada uma de nós deve aprender a falar por si mesma” (Collins, 2019, p. 19). Em concordância com a socióloga estadunidense, entende-se a escrita como fragmento de um processo maior, “[...] como uma voz em um diálogo entre pessoas que foram silenciadas” (Collins, 2019, p. 19). Nesse diálogo, propõe-se, então, a continuação de um processo em que pessoas negras, e mais especificamente mulheres negras, assumem o risco de falar, de deixarem de ser *infans*. A pesquisa pretende ser um espaço provocativo no qual “o lixo vai falar, e numa boa” (Gonzalez, 2020 [1983], p. 78).

O processo de encontrar a própria voz e assumi-la é uma preocupação de várias intelectuais negras, a exemplo de bell hooks<sup>10</sup> (2019). Criada em um lar patriarcal no sul dos

---

<sup>9</sup> Fabiana Moraes é professora do curso de graduação em jornalismo na Universidade Federal de Pernambuco, além de ter experiência de mais de 20 anos no jornalismo tradicional. Atualmente, é colunista no *The Intercept Brasil*, espaço em que escreve sobre temas relacionados à conjuntura política brasileira e à crítica de mídia.

<sup>10</sup> Gloria Jean Watkins adotou o pseudônimo bell hooks, sempre em letras minúsculas. O nome é uma homenagem a sua bisavó materna, Bell Hooks: “Durante minha infância, este nome era usado para falar da memória de uma mulher forte, uma mulher que falava o que vinha à cabeça. [...] Reivindicar este nome era uma maneira de vincular minha voz a um legado ancestral da fala das mulheres – do poder da mulher.” (hooks, 2019, p. 326).

---

Estados Unidos segregados, hooks demorou a encontrar a própria voz, pois, sempre que a erguia, era punida sob o argumento de que aquela fala desafiadora precisava sumir e dar lugar à verdadeira fala da feminilidade. A autora ressalta que, para mulheres negras, o desafio vai além de simplesmente conseguir falar. Envolve ser efetivamente ouvida.

O ato de fala assume, conforme o pensamento da autora, o significado de transição de objeto para sujeito. Nesse sentido, a pesquisa aqui proposta ganha relevância por pretender situar-se a partir das narrativas de mulheres negras jornalistas, dando um passo além das investigações, que também têm sua relevância, sobre as representações midiáticas que atingem a leitura social que se faz a respeito das integrantes deste grupo.

No que tange especificamente à discussão sobre relações raciais e jornalismo, a sub-representação gera o chamado “fenômeno do negro único”, nos termos de Laura Corrêa e Mayra Bernardes (2019). As autoras explicam que, em razão da sub-representação, uma única pessoa representa o grupo a que pertence de modo ineficiente e insuficiente. Essa sujeita única carrega todas as expectativas de representação daquele grupo: “Como é única, a pessoa negra que aparece em meio a várias pessoas brancas, termina por ser A atriz, A apresentadora, A deputada, A autora, A professora negra, que passa a estar naquele lugar como representante de todas as pessoas negras” (Corrêa; Bernardes, 2019, p. 209).

O jornalismo não está livre do problema da sub-representação que alcança essa minoria (numericamente, maioria no país), as poucas pessoas negras que conseguem chegar a lugares de destaque positivo acabam sujeitadas a todas as expectativas que recaem sobre o grupo negro, sendo, portanto, sua individualidade e possibilidades intelectuais, profissionais e subjetivas suprimidas. Esse é um dos pontos abordados por Yasmin Santos (2019) em sua monografia. Ao coletar narrativas de jornalistas brasileiros de diferentes idades e regiões do país, ela percebeu que prática comum nas redações é relegar exclusiva e exaustivamente a cobertura de temas relacionados às relações raciais aos profissionais negros, de modo que “[...] o repórter negro se torna porta-voz do Movimento Negro, tendo ele envolvimento político com a causa ou não. Quando não são escalados para cobrir assuntos relacionados à negritude, funcionam para os outros repórteres como uma espécie de Wikipédia da população negra.” (Santos, 2019, p. 34).

Dentre esses sujeitos, dois perfis são percebidos pela pesquisadora: aqueles que não se contentam em cobrir somente esses temas, que gostariam de construir uma carreira discutindo outros assuntos; e aqueles que tanto sentem afinidade com as discussões das relações raciais quanto pretendem construir seu trabalho a partir delas. Em comum, integrantes de ambos os perfis têm a sensação de assumirem uma responsabilidade social que vai além da exigida para o exercício profissional do jornalismo. Trata-se da assunção do compromisso de entregar aos



leitores aquilo que eles não receberam enquanto pessoas negras, isto é, uma cobertura mais íntegra e integral sobre as vivências de pessoas negras, trabalhos que chamem o racismo pelo nome, que não se intimidem diante da tarefa de discutir assuntos ainda áridos e supostamente inexistentes no Brasil autodenominado lugar em que vigora uma democracia racial.

A jornalista Flávia Oliveira<sup>11</sup> defende que pluralidade na composição de redações jornalísticas no que diz respeito a raça, gênero, idade, classe social e origem geográfica não basta: é necessário que a diversidade alcance outros setores das empresas jornalísticas. Afinal, profissionais que ocupam posições de comando são responsáveis pelas decisões de linha editorial, abordagens e investimentos; enquanto os que ocupam os espaços de opinião têm a função de defender ideias.

Um diálogo pode ser estabelecido entre o argumento apresentado por Flávia Oliveira e o pensamento da também jornalista Yasmin Santos. No texto *Letra preta: os negros na imprensa brasileira*, publicado na revista *piauí*, em 2019, ela diz:

[...] política de diversidade é sobre quem se senta à mesa, sobre quem toma as decisões e pode opinar. Contratar pessoas negras como estagiários, trainees e repórteres é maravilhoso, mas insuficiente. Se as pessoas “diversas” da redação estão concentradas no chão da fábrica, sem autonomia, não se modificou nada estruturalmente. Não ignoro que isso leva tempo e custa caro, ainda mais num contexto de precarização da profissão. Mas é algo que as empresas devem ter em mente. É preciso quebrar a barreira do olhar, que nos prende ao nosso círculo mais próximo de convívio. Alguns veículos preferem se proteger com a velha desculpa de que são “progressistas”, “de esquerda”. Isso pouco me interessa. Há racismo. E é preciso encará-lo [...]. (Santos, 2019, online)

Em seu relato no texto com críticas ao veículo que assinava sua carteira, em particular, e ao jornalismo brasileiro, no geral, Yasmin Santos revelou a frustração experimentada ao notar que a diversidade tão alardeada nas páginas da revista não se concretizava em termos de composição de equipe. Contratada em 2018, Yasmin foi a primeira mulher negra a trabalhar na *piauí*, doze anos após a criação do veículo; antes dela, havia somente um repórter negro (Tiago Coelho).

As considerações propostas por Yasmin Santos e Flávia Oliveira, duas jornalistas negras de diferentes gerações, apontam a um aspecto crucial da discussão sobre diversidade racial no jornalismo: a importância de compromisso antirracista em todas as etapas de produção e por

---

<sup>11</sup> O conteúdo citado no presente texto fez parte de uma exposição ministrada pela jornalista no curso “Reconstrução do jornalismo local”, ofertado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) em 2020. A jornalista ministrou o módulo “Como cobrir questões raciais”. Flávia Oliveira é comentarista na *Globo News*, colunista n’*O Globo* e na *CBN*. Além disso, é podcaster no *Angu de Grilo*, com a filha e também jornalista Isabela Reis.

todos os profissionais envolvidos no trabalho jornalístico. Lançar somente aos jornalistas negros a responsabilidade de perseguir uma ética profissional que inclua em seu *modus operandi* a atenção que o debate racial demanda não causará mudanças nas estruturas jornalísticas. Do mesmo modo, restringir a atenção às questões raciais a algumas datas ou editoriais não surtirá efeitos expressivos. Já do ponto de vista da produção do conteúdo jornalístico, Flávia Oliveira negrita a necessidade de atentar para os seguintes elementos: 1) escolhas de fontes (especialistas e personagens); 2) utilização e contextualização de dados; 3) escolhas de imagens; e 4) emprego de vocabulário.

Diante do exposto, a pesquisa proposta oferece contribuição importante, pois a partir da coleta de dados sobre o perfil das profissionais jornalistas negras que atuam em Rio Branco incentiva o desenvolvimento de outros estudos mais aprofundados. Além disso, o foco nas narrativas de mulheres negras jornalistas permite que o jornalismo produzido na cidade de Rio Branco seja observado a partir das experiências de quem está no dia a dia na profissão, vivendo dilemas, experiências e contradições. A partir disso, pode ser traçado um panorama do cenário local que permita, em estudos futuros, o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento às limitações que se apresentam.

## **PROBLEMA DA PESQUISA/OBJETO DE ESTUDO**

A análise dos dados das pesquisas que averíguam a presença de mulheres negras no jornalismo brasileiro mostra que ela é insuficiente. O estudo *Jornalismo Brasileiro: gênero e cor/raça dos colunistas dos principais jornais do país*, realizado pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gema) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2016, revela que a presença de mulheres negras nos espaços de opinião dos jornais *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *Estadão* era irrisória. Na *Folha de São Paulo* não havia colunistas negras, n’*O Globo* 4% de mulheres negras ocupavam essa função e no *Estadão*, apenas 1%.

Diante desse cenário que revela tanto a sub-representação quanto o descrédito lançado às mulheres negras como sujeitas capazes de elaborar interpretações e opiniões embasadas sobre os temas relevantes para o debate em sociedade, torna-se fundamental trazê-las ao centro, entendendo-as como sujeitas com agência, a despeito de toda a invisibilização lançada à sua existência.

Nessa direção, o conceito de lugar de fala contribui com a reflexão proposta. Para a filósofa Djamilia Ribeiro (2017) corpos, saberes e produções de grupos minorizados são colocados sob o escrutínio de um olhar colonizador. Assim, esses grupos precisam não só



---

refutar tal olhar, mas construir narrativas de si que partam de outros pontos. Na pesquisa que aqui se propõe, o ponto de partida são as narrativas de mulheres negras jornalistas sobre si mesmas e sobre suas vivências enquanto profissionais deste ofício que, ainda que tenha como uma de suas funções contribuir com a existência da democracia, está concentrado nas mãos de sujeitos em sua maioria brancos. Raça, portanto, é um marcador central para se pensar as relações de poder no jornalismo.

Lugar de fala tem a ver com *locus social*. Isto é, está relacionado literalmente à ideia de que todo mundo tem lugar de fala porque todo mundo fala a partir de algum lugar (Ribeiro, 2017). Cada lugar é atravessado por marcadores de classe, raça, gênero, etc. Assim, quando se focalizam as experiências de mulheres negras, não se parte de uma pretensa universalidade que coloca a todos no mesmo nível. Ao contrário, compromete-se com a compreensão de que por serem atingidas por vários desses marcadores simultaneamente (e de modo negativo, uma vez que sempre são sujeitas faltantes por não serem homens, nem brancas), mulheres negras têm pontos de vista bastante particulares e que podem apontar caminhos para o enfrentamento aos sistemas de dominação que vigoram socialmente. Neste sentido, ouvir o que mulheres negras têm a dizer ganha relevância, pois ter direito à voz é, em última instância, ter direito à vida (Ribeiro, 2017). Considerando tais aspectos, o objeto de estudo da pesquisa em questão constitui-se no perfil e nas narrativas de jornalistas negras que atuam na cidade de Rio Branco (AC) no início da terceira década do século XXI.

## OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é mensurar e investigar quantas e quem são as jornalistas negras que atuam em Rio Branco (AC) no início da terceira década do século XXI. Já os objetivos específicos são:

- a) Averiguar escolaridade, funções desempenhadas e salários de jornalistas negras que atuam em Rio Branco;
- b) Identificar de que formas marcadores de raça, classe e gênero impactam as rotinas profissionais de jornalistas negras que trabalham na capital do Acre;
- c) Estudar as interpretações elaboradas por mulheres negras jornalistas que trabalham em Rio Branco a experiências e acontecimentos que dão a ver as dinâmicas das relações raciais nos contextos rio-branquense e brasileiro.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme Antonio Carlos Gil (2019), recuperando Duverger (1962), há três níveis de pesquisa: exploratório, descritivo e explicativo. Em razão de não existirem trabalhos focados em narrativas de jornalistas que atuam em Rio Branco publicados, o primeiro nível de pesquisa aqui proposta será exploratório. A pesquisa exploratória é a que apresenta menor rigidez, pois busca “[...] desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses a serem testadas em estudos posteriores” (Gil, 2019, p. 26). Trata-se, portanto, da fase de ajustes de delimitação e formulação de problemas e objetivos de maneira mais afinada.

Para esse primeiro nível, em termos metodológicos, a pesquisa será bibliográfica, uma vez que esta é a etapa inicial de qualquer investigação científica, para embasar a revisão de estudos relevantes, clássicos e recentes, produzidos nas áreas estudadas. A pesquisa vai envolver leituras por eixos que se articulam, todos eles partindo, fundamentalmente, da produção de intelectuais brasileiros, em sua maioria negros.

O primeiro deles são os estudos raciais. Esse eixo de referenciais é formado por textos clássicos tais como os ensaios, palestras e artigos de Lélia Gonzalez reunidos postumamente no livro *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020); o livro *Escritos de uma vida*, que também reúne textos escritos desde o século passado por Sueli Carneiro (2020); a obra *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*, da psicanalista Neusa Souza (2019 [1983]); o livro *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, de Abdias Nascimento (2016 [1978]), o livro *Negritudes: usos e sentidos*, de Kabengele Munanga (2009 [1988]). A tese também trará contribuições de intelectuais mais jovens, tais como Bianca Santana, no livro *Quando me descobri negra* (2015) e Winnie Bueno, na obra *Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins* (2020).

O segundo eixo teórico é composto pelos estudos feministas negros. Nele, estarão presentes novamente o pensamento de Sueli Carneiro (2020), Lélia Gonzalez (2020) e Winnie Bueno (2020). Pretende-se também trazer à discussão textos das teóricas feministas negras bell hooks (2019) – *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra* – e Patricia Hill Collins (2019) – *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento* – em razão de suas reflexões que, semelhantemente ao que propõem as intelectuais negras brasileiras já citadas, compreendem racismo, sexismo e classismo como

mais do que simples marcadores de diferença e sim como sistemas de dominação que atuam de maneira conjunta e dinâmica a depender de fatores históricos, de formação social e cultural de determinados países. Ao combinar textos clássicos com textos recentes que fazem leituras contemporâneas dos primeiros, a pesquisa tem ganhos na direção de promover a valorização do pensamento de intelectuais negras de diferentes gerações, ao passo em que evidencia a sofisticação e a atualidade do pensamento elaborado por essas sujeitas ao longo das décadas.

O terceiro eixo temático que embasa as leituras do projeto são os estudos sobre jornalismo. Nesse ponto, parte-se de uma compreensão do jornalismo como importante ator social para a produção de representações sobre determinados grupos, sobretudo os marginalizados. Assim, o referencial teórico em que se ancora o presente projeto é formado pela reflexão iniciada por Fabiana Moraes no livro *O nascimento de Joicy: Transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem* (2015) com relação ao “jornalismo de subjetividade”, obra em que a intelectual propõe uma crítica ao jornalismo que se pretende asséptico, livre das contradições sociais e também da (auto)crítica. Outro trabalho que vai embasar especificamente a presença e as experiências de jornalistas negros que atuam no Brasil é a já citada monografia *Letra preta: a inserção de jornalistas negros no impresso*, escrita pela jornalista Yasmin Santos como trabalho de conclusão de curso de graduação. Além destas pesquisas, serão trabalhados os textos *Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias*, de Marcia Veiga da Silva (2014), *“Quem tem um não tem nenhum”*: *solidão e sub-representação de pessoas negras na mídia brasileira*, de Laura Corrêa e Mayra Bernardes (2019) e as duas edições do *Perfil do jornalista brasileiro* (Mick; Lima, 2013; Lima; Mick, 2022).

Considerando o segundo nível de pesquisa apresentado por Gil (2019), a pesquisa descritiva<sup>12</sup>, o estudo aqui proposto pretende também adentrá-lo, pois, conforme o autor,

Dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental e etc. [...] São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. (Gil, 2019, p. 27)

<sup>12</sup> Algumas pesquisas descritivas conseguem ir além da identificação de relações entre variáveis, investigando a natureza dessas relações. Nestes casos, os estudos aproximam-se do terceiro nível de pesquisas: o explicativo. As pesquisas explicativas são as mais complexas, nelas há maior possibilidade de erro. Esse tipo de estudo visa “[...] identificar os fatores que determinam ou que contribuem para ocorrência dos fenômenos” (Gil, 2019, p. 27), isto é, o esforço está centrado em explicar o porquê das coisas. Apesar de ser o nível de maior aprofundamento nos estudos, a pesquisa explicativa geralmente depende das etapas prévias realizadas nos níveis exploratório e descritivo (Gil, 2019).

---

Ou seja, como ainda não há informações sobre o perfil de jornalistas negras que atuam em Rio Branco, pretende-se fazer esse levantamento descritivo para dimensionar quantas jornalistas se identificam como mulheres negras, quais as suas características de renda, escolaridade (uma vez que o diploma de graduação em jornalismo não é exigido para exercício profissional) e a própria autodeclaração racial (elas têm compreensão de que pessoas autodeclaradas pardas são automaticamente incluídas no contingente populacional negro? Se posicionam politicamente como mulheres negras?).

No que diz respeito às opiniões e crenças citadas pelo autor, será fundamental para esta pesquisa identificar os modos como mulheres negras jornalistas que atuam em Rio Branco lidam com as relações raciais, que sempre estão imbricadas a outros sistemas de dominação, tais como sexismo e classismo. De que formas essas sujeitas percebem as implicações desses sistemas de dominação em suas vidas cotidianas e, sobretudo, profissionais? Como esses sistemas de dominação impactam o seu exercício profissional?

Nesse aspecto, a pesquisa aqui proposta deve ser narrativa<sup>13</sup>. Esta classificação se refere a estudos fundamentados “[...] nas experiências pessoais expressas em histórias contadas pelas pessoas” (Gil, 2019, p. 66). Isto é, esse tipo de pesquisa ancora-se em dados obtidos por meio de relato de experiências pessoais de um ou poucos indivíduos. Trabalha-se com a ordem cronológica e a interpretação do significado desses dados.

No nível descritivo da pesquisa, quando do levantamento dos dados sobre jornalistas negras que atuam em Rio Branco, propõe-se a aplicação de um questionário, “[...] técnica fundamental para coleta de dados em levantamentos de campo, que é um dos delineamentos mais utilizados nas ciências sociais” (Gil, 2019, p. 137). Conforme o autor, o questionário deve transformar os objetivos da pesquisa em perguntas. Elaborar um questionário qualificado não é tarefa fácil. Para garantir que a aplicação tenha sucesso, o autor faz algumas sugestões, tais como: elaborar poucas perguntas e usar termos familiares ao grupo que o responderá.

Após a aplicação do questionário, pretende-se entrevistar as respondentes que se mostrarem disponíveis para serem sujeitas da pesquisa que aqui se propõe. A entrevista pode ser definida como “[...] a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção de dados que interessam à pesquisa.” (Gil,

---

<sup>13</sup> Dentro da pesquisa narrativa, Gil (2019) destaca quatro modalidades: a biografia (a pesquisadora analisa a história de vida de outras pessoas cronologicamente), a autobiografia (as próprias pessoas registram sua história pessoal), a história de vida (centrada na história de vida de uma única pessoa) e a história oral (coleta de depoimentos relevantes para o estudo de eventos, organizações ou comunidades). Assim, compreende-se que na presente proposta de pesquisa a modalidade mais adequada para o estudo é a história oral.

2019, p. 126). De acordo com o autor, a entrevista é um diálogo assimétrico, uma das partes visa conseguir dados e a outra é fonte de informação. Entre as vantagens desta técnica estão o fato de permitir maior aprofundamento dos dados referentes ao comportamento humano, observação dos entrevistados e a flexibilidade quanto ao formato adotado.

Pretende-se estudar as entrevistas por meio da análise de conteúdo de Laurence Bardin (2016 [1977]). A autora a define como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens (Bardin, 2016 [1977], p. 48).

Quanto à aplicação, a análise de conteúdo tem três momentos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Dentro desses momentos estão as etapas da análise de conteúdo: 1) organização da análise; 2) codificação; 3) categorização; 4) inferência; e 5) tratamento informático (Bardin, 2016 [1977]). Assim, compreende-se que esse conjunto de técnicas pode ser útil na organização dos dados coletados, bem como na análise aprofundada deles, permitindo constante diálogo do conteúdo coletado a partir das narrativas das sujeitas da pesquisa com os referenciais teóricos estudados na tese.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da investigação proposta permitirá que seja traçado um perfil das jornalistas negras que atuam em Rio Branco, capital do Acre. Além disso, o caráter narrativo do estudo proporcionará a identificação dos modos como mulheres negras jornalistas que atuam em Rio Branco lidam com as relações raciais, que estão imbricadas a outros sistemas de dominação, tais como sexismo e classismo.

Perguntas como “De que formas essas sujeitas percebem as implicações desses sistemas de dominação em suas vidas cotidianas e, sobretudo, profissionais?” e “Como esses sistemas de dominação impactam o seu exercício profissional?” podem permitir que as especificidades que permeiam as trajetórias de mulheres negras sejam compreendidas e, em estudos futuros, investigadas com mais detalhamento e, talvez, em comparação com outros estratos dessa categoria profissional.

## BIBLIOGRAFIA

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016 [1977].

BUENO, Winnie. **Imagens de controle**: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre: Zouk, 2020.

GEMAA. **Jornalismo Brasileiro**: Gênero e cor/raça dos colonistas dos principais jornais dopaís. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3rw5XYA>. Acesso em: 23 fev. 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e apolítica do empoderamento. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORRÊA, Laura Guimarães; BERNARDES, Mayra. “Quem tem um não tem nenhum”:solidão e sub-representação de pessoas negras na mídia brasileira. *In*: CORRÊA, Laura Guimarães (org.). **Vozes negras em comunicação**: mídia, racismos, resistências. 1. ed. BeloHorizonte: Autêntica, 2019, p. 202-219.

DAFLON, Verônica Tosten. **Tão longe, tão perto**: identidades, discriminação e estereótipos de pretos e pardos no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Lisânia Ghisi. **Representações no jornal Página 20**: um estudo sobre mulheres negras na coluna Cultura 20, Brasil. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Flavia Rios e Márcia Lima (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020 [1983]. p. 75-93.

GURGEL, Luciana. Instituto Reuters mostra Brasil entre países onde editores dos principais veículos são brancos. *In*: **Uol**, 20 mar. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3qB0Ghq>. Acesso em: 24 mar. 2021.

HOOKS, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

IBGE. **Tabela 136**: População residente por cor ou raça. Disponível em: <https://bit.ly/3rvbvms>. Acesso em: 28 mar. 2021.

JORNALISTAS E CIA. **Perfil racial da imprensa brasileira**. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3fFHuxv>. Acesso em: 1 out. 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Samuel Pantoja Lima (Coord. Geral); MICK, Jacques et al. **Perfil do jornalista brasileiro 2021**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. 1. ed. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3yefuaC>. Acesso em: 1 out. 2022.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro** – características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.



MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy**: Transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Negritudes**: usos e sentidos. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009[1988].

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016 [1978].

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** – Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SANTANA, Bianca. **Quando me descobri negra**. São Paulo: SESI-SP editora, 2015.

SANTOS, Yasmin. Letra preta: os negros na imprensa brasileira. *In: piauí*, out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3M71JQJ>. Acesso em: 7 abr. 2021.

SANTOS, Yasmin. **Letra preta**: a inserção de jornalistas negros no impresso. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Jaine Araújo da. **“Aquela preta era eu”**: representações sobre mulheres negras em matérias dos sites ContilNet Notícias e G1 Acre, Brasil, 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2022.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. LeBooks: 2019 [1983].

XAVIER, Giovana. **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.